



ANEXO 1
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4.115/2024

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o registro de preços de discos e bobinas para tacógrafos, tacógrafos novos e serviços de revisão, ajuste, ensaio, selagem e aferição de tacógrafos, visando a manutenção dos veículos da frota municipal, conforme características, quantitativos e demais exigências mínimas a seguir:

Grupo	Item	Código	Descrição	Qtde	Un	Preço máx	Preço máx total
G01	1	43320	Agulha da distância	20,00	UN	100,92	2.018,40
	2	43316	Agulha da velocidade	20,00	UN	109,16	2.183,20
	3	28436	Bobina de fita para tacógrafo 24h 180 Km BVDR papel 30mm x 57mm x 8m, capacidade mínima para 12 impressões	172,00	UN	54,11	9.306,92
	4	34407	Bobina de fita para tacógrafo digital FIP, papel 30mm x 57mm x 8m, capacidade mínima para 12 impressões	272,00	UN	48,83	13.281,76
	5	34409	Bobina para tacógrafo digital SVT3000A, papel 30mm x 57mm x 8m, capacidade mínima para 12 impressões	262,00	UN	42,59	11.158,58
	6	34429	Bobina para tocógrafo digital modelo DT 1050-VT 140, papel 30mm x 57mm x 8m, caixa com 14 unidades	26,00	CX	699,86	18.196,36
	7	263	Disco diagrama para tacógrafo 24h/125 Km/h com 100 unidades	119,00	CX	38,63	4.596,97
	8	5313	Disco diagrama para tacógrafo 24h/180 Km/h caixa com 100 unidades	20,00	CX	42,45	849,00
	9	5732	Disco diagrama para tacógrafo semanal 125 Km com 10 conjuntos de 7 discos contendo 70 unidades	150,00	CX	43,64	6.546,00
	10	43315	Eixo de transição	15,00	UN	39,51	592,65
	11	43318	Engrenagem interna do tacógrafo	20,00	UN	57,57	1.151,40
	12	43322	GRU antecipada	85,00	PS	89,74	7.627,90
	13	34411	Kit revisão e ajustes para tacógrafo automotivo	63,00	UN	152,73	9.621,99
	14	43317	Sensor de velocidade	15,00	UN	477,74	7.166,10
	15	43321	Serviço de configuração para tacógrafo digital	25,00	PS	158,15	3.953,75
	16	43324	Serviço de conserto de painel	20,00	PS	283,07	5.661,40
	17	43323	Serviço de instalação de tacógrafo	30,00	H	198,87	5.966,10
	18	34417	Serviços mecânicos para aferimento e homologação de tacógrafo	241,00	H	153,71	37.044,11
	19	34412	Tacógrafo (novo) digital diário - FIP	8,00	UN	2.261,91	18.095,28
	20	35423	Tacógrafo (novo) digital diário BVDR 180 KM/H	3,00	UN	3.726,30	11.178,90
	21	34413	Tacógrafo (novo) eletrônico diário 1318	6,00	UN	2.984,55	17.907,30



22	35421	Tacógrafo (novo) eletrônico diário digital MTCO 1390 125KM/H	16,00	UN	3.862,86	61.805,76
23	35422	Tacógrafo (novo) eletrônico diário digital MTCO 1390 180 KM/H	3,00	UN	3.731,23	11.193,69
24	43319	Tampa do lacre	20,00	UN	38,64	772,80
25	34415	Taxa ensaio metrológico em cronotacógrafo	65,00	PS	128,07	8.324,55
26	34414	Taxa selagem cronotacógrafo	65,00	PS	83,93	5.455,45

1.2. O valor GLOBAL estimado da contratação importa em **R\$ 281.656,32** (duzentos e oitenta e um mil seiscentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos).

1.3. Eventual divergência entre este termo de referência e o sistema eletrônico, referente as características ou unidade de fornecimento do serviço, prevalecerá as informações do termo de referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste termo de referência, que em resumo visa atender as normas do Código de Trânsito Brasileiro, com relação aos veículos que necessitam de tacógrafos. Os pedidos constantes neste termo referem-se as Secretarias de Educação, Esportes, Lazer e Cultura, Saúde e Viação e Serviços Públicos.

Por fim, cumpre destacar que a presente contratação está prevista no **Plano de Contratações Anual**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste termo de referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços deverão ser prestados conforme as descrições mínimas delineadas na descrição de cada objeto.

4.2. O município de Candói não possui sede de nenhuma empresa do segmento do objeto deste processo, sendo assim considerou razoável limitar a distância máxima de 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros para deslocamento dos veículos pela Administração para prestação do serviço. Caso a empresa esteja mais distante, poderá deslocar seus equipamentos no Município de Candói e executar o serviço *in situ* (em local de responsabilidade da empresa), ou fazer o deslocamento dos veículos por sua conta. Tal limitação se justifica em razão de que seria pretensioso exigir que a empresa se instale no Município, pois demandaria alto investimento em detrimento de apenas estimativa de contratação, visto tratar-se de registro de preço. Por outro lado, seria inconveniente a Administração se responsabilizar pelo deslocamento para qualquer cidade do Brasil, pois ensejaria em altos custos e desperdício de tempo. Assim, não há restrição da participação, uma vez que todos podem oferecer suas propostas,



restando depois as devidas adequações da estrutura da empresa, se instalando ou alugando espaço para funcionamento no Município ou região ou ainda fazer o deslocamento por sua conta, em todos os casos, sob hipótese alguma poderá subcontratar o serviço.

4.3. Executar o serviço observando e cumprindo todas as normas do INMETRO e demais pertinentes, responsabilizando por quaisquer consequências de sua inobservância.

4.4. Disponibilizar profissionais capacitados e em quantidade compatível com o volume de serviços requisitados, bem como todos os equipamentos adequados para execução de todos os procedimentos contratados.

4.5. Quando tratar-se de aferição do tacógrafo ou outro serviço que enseje necessidade, o FORNECEDOR deverá ao término do serviço emitir o respectivo laudo ou documento equivalente nos termos da legislação em vigor e apresentá-lo na entrega do serviço.

4.6. Se responsabilizar por todas as máquinas, equipamentos, ferramentas, insumos e demais recursos necessários para completa execução do serviço requisitado.

4.7. Se responsabilizar por eventuais encargos com frete, carregamento e descarregamento, guincho, e etc.

4.8. Se responsabilizar por todos os custos com deslocamentos, hospedagem, alimentação e demais despesas com seus funcionários e prepostos.

4.9. Se responsabilizar integralmente pelos veículos e suas partes durante eventual locomoção por sua conta, e pelo período em que estiver sob seu domínio, inclusive por extravios, furtos, sinistros, acidentes e etc.

4.10. Garantir os serviços e as peças pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo.

4.11. Não permitir em hipótese alguma a rodagem dos veículos fora do pátio de sua oficina.

4.12. Imediatamente ao término do serviço, efetuar a devolução do veículo.

4.1. No caso de o FORNECEDOR possuir oficina nos limites em que o MUNICÍPIO se responsabilize pelo deslocamento, ao término do serviço, deverá comunicar o MUNICÍPIO para recebimento do serviço e retirada do veículo.

Natureza do serviço e duração do contrato

4.2. O objeto a ser contratado é caracterizado como comum, e não se enquadra como bem de luxo, conforme Art. 8º, inciso II do Decreto Municipal nº 251, de 2022.

4.3. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de no máximo 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem possibilidade de prorrogação.

Subcontratação

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ
Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041
Fone: (42) 3638-8000 - E-mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br



4.4. É expressamente vedado a subcontratação total ou parcial do objeto, sob pena de cancelamento do registro de preço, rescisão do contrato e aplicação de outras penalidades cabíveis.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano da data do orçamento estimado.

5.2. Após interregno de um ano e mediante requerimento do contratado, as parcelas não executadas do objeto, poderão ser reajustados pelo percentual de variação do índice INPC (IBGE) nos últimos 12 (doze) meses

5.3. Havendo necessidade comprovada, o contrato poderá ser revisado para restabelecer a sua exequibilidade perdida em razão de eventos posteriores, cujos riscos não tenham sido assumidos pelo contratado, nos termos do Art. 137 do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

5.4. A decisão sobre a revisão será proferida pelo gestor do contrato no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados do pedido formal do contratado, instruído de justificativas, planilhas, memória de cálculo e todas as evidências capazes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Prazo, local e condições de execução

6.1. O prazo de execução da parcela do serviço ou do fornecimento requisitado será de no máximo **5 (cinco) dias úteis** contados da solicitação.

6.2. O serviço deverá ser executado na oficina de responsabilidade da empresa contratada.

6.3. O Município deslocará os veículos até a oficina da empresa, desde que a distância seja de no máximo 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros, do contrário a empresa ficará totalmente responsável pelo deslocamento de retirada e devolução com utilização de caminhão prancha, guincho ou outros equivalentes, ficará vedado a rodagem dos veículos por terceiros.

6.4. O deslocamento do pessoal, veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas e demais necessários, exceto o deslocamento previsto no subitem anterior, correrão por conta e responsabilidade da empresa contratada, NÃO SENDO COMPUTADO esse tempo para efeitos de cobrança.



7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de contrato, Sr. **Rodrigo dos Santos Sauka** (Portaria nº 382/2023) e **Adilson Kaveski** (Portaria nº 096/2024)

7.5. O fiscal acompanhará a execução do contrato, nos termos do Art. 9º do Decreto Municipal nº 252, de 2022, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, quando for o caso.

7.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.9. O gestor do contrato ou instrumento equivalente será o secretário da pasta interessada requisitante do objeto, que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, com observância ao Art. 8º do Decreto Municipal nº 252, de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Nota Fiscal

8.1. O contratado deverá emitir nota fiscal, em nome do órgão que constar expresso na requisição de compra ou nota de empenho, relativamente aos dias que efetivamente foi prestado o serviço.

8.2. Deverá constar, em campo apropriado da nota fiscal, os dados bancários para pagamento, a referência à licitação, ao contrato, à requisição de compra ou nota de empenho, assim como o percentual e valor da retenção do ISS e IRRF.



8.2.1. Conforme IN RFB nº 2.145, de 2023 e Decreto Municipal nº 358, 2023, as notas fiscais deverão observar as regras relativas ao destaque do Imposto sobre a renda retido na fonte - IRRF;

8.2.2. Caso não haja campo específico na nota para o destaque do percentual e valor da retenção, as informações deverão constar no campo de “outras informações”;

8.2.3. Os casos de não incidência do IRRF deverão ser informados descartando-se a fundamentação legal no campo de “outras informações” da nota fiscal.

Recebimento do Objeto

8.3. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e contrato ou instrumento equivalente.

8.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, na eventualidade de constatação de defeito, avarias ou desconformidade com o termo de referência ou contrato, devendo ser substituído no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, e ainda:

8.4.1. Quando, no caso de aferição do tacógrafo, não seja encaminhado o respectivo laudo de aferição emitido pelo FORNECEDOR contratado em nome do MUNICÍPIO

8.5. O recebimento definitivo ocorrerá em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, por comissão formada pelo fiscal e, no mínimo, 2 (dois) servidores efetivos, ou pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

Liquidação

8.6. Recebido a nota fiscal em conformidade, o setor competente fará a liquidação.

8.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

Prazo de Pagamento

8.8. Nos termos do Art. 131 do Decreto Municipal nº 296, de 2021, o pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório.

8.9. No caso de atraso motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.



Forma de Pagamento

8.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária do ISS previsto na legislação.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado mediante de procedimento de licitação, na modalidade PRE-GÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, entre outros documentos que poderão ser exigidos no edital da licitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Contrato social registrado na junta comercial ou documento equivalente capaz de comprovar a existência jurídica da pessoa.

Habilitação Técnica

9.4. Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, de que não emprega menor de dezoito anos e outras, conforme modelo a ser disponibilizado com edital.

9.4.1. Prova de credenciamento do licitante no INMETRO

9.5. Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica, comprovando experiência do licitante no fornecimento de peças e serviços para manutenção e aferição de tacógrafos. No atestado deverá conter os elementos mínimos para identificação das partes e do responsável pela emissão

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.6. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.7. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.

9.8. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual, e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.



9.9. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.10. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.11. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo a ser disponibilizado com edital.

Habilitação Econômico-Financeira

9.12. Balanço patrimonial e demonstração de resultado dos **dois últimos** exercícios sociais, registrados no órgão competente.

9.12.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.13. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em prazo não superior a 3 (três) meses contados da data de apresentação das propostas.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.742, de 19 de dezembro de 2023), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	1560	06.002.12.361.0005.2020	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1565	06.002.12.361.0005.2020	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1570	06.002.12.361.0005.2020	132	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2024	1570	06.002.12.361.0005.2020	132	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1580	06.002.12.361.0005.2020	151	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1585	06.002.12.361.0005.2020	156	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2024	1585	06.002.12.361.0005.2020	156	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1586	06.002.12.361.0005.2020	1060	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2024	1586	06.002.12.361.0005.2020	1060	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1587	06.002.12.361.0005.2020	1061	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1600	06.002.12.361.0005.2020	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1605	06.002.12.361.0005.2020	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1606	06.002.12.361.0005.2020	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício



CANDÓI

PREFEITURA MUNICIPAL

2024	1670	07.001.04.122.0006.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1680	07.001.04.122.0006.2021	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1730	07.002.27.812.0006.2022	0	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2024	1730	07.002.27.812.0006.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1790	07.002.27.812.0006.2022	0	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2024	1790	07.002.27.812.0006.2022	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1870	07.003.13.392.0006.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1875	07.003.13.392.0006.2023	2	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1910	07.003.13.392.0006.2023	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1920	07.003.13.392.0006.2023	2	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2050	08.001.10.301.0007.2025	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2060	08.001.10.301.0007.2025	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2080	08.001.10.301.0007.2025	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2085	08.001.10.301.0007.2025	492	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2390	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2400	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2402	08.003.10.301.0007.2029	488	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2450	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2480	08.003.10.301.0007.2030	493	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2710	08.005.10.304.0007.2037	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2715	08.005.10.304.0007.2037	487	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2720	08.005.10.304.0007.2037	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2840	09.001.04.122.0006.2039	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2880	09.001.04.122.0006.2039	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2940	09.002.08.244.0006.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2950	09.002.08.244.0006.2040	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3000	09.003.08.244.0006.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3010	09.003.08.244.0006.2041	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3080	09.003.08.244.0006.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3090	09.003.08.244.0006.2042	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3110	09.003.08.244.0006.2042	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3160	09.003.08.244.0006.2043	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3170	09.003.08.244.0006.2043	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3180	09.003.08.244.0006.2044	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3210	09.003.08.244.0006.2045	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3340	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3360	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3410	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3420	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3520	09.005.08.241.0006.2050	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3530	09.005.08.241.0006.2050	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3590	10.001.04.122.0003.2051	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3600	10.001.04.122.0003.2051	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3630	10.001.04.122.0003.2051	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ
Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041
Fone: (42) 3638-8000 - E-mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br



2024	3750	10.002.26.782.0003.2053	0	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2024	3750	10.002.26.782.0003.2053	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3759	10.002.26.782.0003.2053	504	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2024	3759	10.002.26.782.0003.2053	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3760	10.002.26.782.0003.2053	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3775	10.002.26.782.0003.2053	1052	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3790	10.002.26.782.0003.2053	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3799	10.002.26.782.0003.2053	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3800	10.002.26.782.0003.2053	505	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Criado em 23 de outubro de 2024, alterado pela primeira vez em 22 de novembro de 2024 e atualizado em 06 de dezembro de 2024, assinado digitalmente pelos secretários requisitantes:



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8B68-3B9E-CABD-B1E5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCIANO OTTO (CPF 052.XXX.XXX-98) em 06/12/2024 11:01:32 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JOÃO MÁRCIO FREITAS (CPF 027.XXX.XXX-26) em 06/12/2024 15:24:23 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



THAINÁ MATOS DE SOUZA (CPF 107.XXX.XXX-31) em 09/12/2024 08:49:22 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LUCAS FERNANDO BURRY BISELLO (CPF 112.XXX.XXX-02) em 10/12/2024 07:15:25 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARIZA DO BELEM VARGE KLOSTER (CPF 046.XXX.XXX-73) em 10/12/2024 10:47:45 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://candoi.1doc.com.br/verificacao/8B68-3B9E-CABD-B1E5>